

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Assembleia Municipal de Vila do Porto - 2017-2021

**PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DO FORTE DE S. JOÃO BATISTA
(PRAIA FORMOSA) COMO IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL**

I. A relevância do Castelo de S. João Baptista

A partir do século XVI, os Açores foram frequentemente, alvo de diversos ataques de piratas e corsários, tornando-se imprescindível dotar o arquipélago com um sistema de defesa eficiente. É neste contexto que é edificado o forte de São João Baptista ou Castelo da Praia, localizado na praia Formosa, na freguesia da Almagreira, concelho de Vila do Porto, com o objetivo de proteger a costa sul da ilha de Santa Maria.

Em relação à datação do imóvel, é possível apontar duas fases de edificação. Uma primeira, que remonta ao século XVI, e uma segunda, que data da centúria seguinte. Em relação à primeira, destaquem-se as informações recolhidas no âmbito das campanhas arqueológicas realizadas entre 2008 e 2012, período em que decorreu o projeto EAMA (*Estudo da Arquitetura Moderna do Arquipélago dos Açores*) desenvolvido pelo Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea da Universidade da Madeira, com o apoio da Direção Regional da Cultura e a colaboração da Câmara Municipal de Vila do Porto e da Associação Cultural Maré de Agosto. Com base nos indícios arqueológicos é possível defender que a primeira estrutura da fortaleza, em forma de torre de vigia, terá sido construída na segunda metade do século XVI, num período de consolidação da experiência do povoamento em Santa Maria e numa fase de transição da tipologia construtiva militar, em consequência do desenvolvimento da artilharia nos conflitos bélicos, nova datação essa que aponta o Imóvel como o mais antigo dos Açores.

Em 1616, um grave ataque de argelinos a Santa Maria causou elevados danos humanos e materiais, obrigando a um reforço da defesa ilhense às ordens do rei Filipe

III. Assim, determinou-se aumentar o volume de peças de artilharia em ferro, pólvora, munições e outros apetrechos militares em Santa Maria. No caso do forte de S. João Baptista, optou-se também por uma modernização da construção, que terá assumido uma configuração abaluartada, de cariz mais moderno. No entanto, a reestruturação terá sido lenta, ao sabor dos investimentos possíveis e da magnitude das rivalidades marítimas. Com efeito, em 1624, volta a reforçar-se a necessidade de investir na linha de defesa insular mariense. Em 1638, por sua vez, a Câmara Municipal de Vila do Porto registava a existência de uma fortaleza "*nesta ilha, a qual começou e se não acabara*" (Arquivo dos Açores", XV: 346). Em 1649, no contexto da Guerra da Restauração, D. João IV mostra-se preocupado com a protecção da ilha e autoriza o lançamento de um imposto sobre o barro, cujas receitas deveriam reverter, precisamente, a favor da defesa da Praia Formosa, cujo forte, à época, ostentaria dois baluartes e o torreão.

A partir do século XVIII, perante a diminuição dos ataques de piratas e corsários a Santa Maria e face às alterações logísticas da estratégia militar europeia, os elementos defensivos do forte de S. João Baptista foram-se debilitando. Assim, se em 1717 o padre António Cordeiro referia que o Castelo da Praia tinha *dous Fortes com quatorze peças* (Cordeiro: 144), já um século depois, em 1815, o mesmo apresentava *sete peças a saber duas de bronze de calibre doze e uma de ferro de calibre vinte e quatro, e três de ferro de sete, mas todas muito arruinadas*" (Figueiredo: 233).

O desinvestimento no Castelo da Praia como elemento militar justificou que, em 1921, o imóvel estivesse alugado a um particular por 8,00 escudos/ano, provocando um desgaste crescente. Na década de 1980, ainda havia elementos de artilharia abandonados junto à praia e o edifício apresentava uma degradação incisiva. Apesar da sua localização costeira ter sido valorizada em 2007, quando o espaço do forte foi utilizado como palco do "Festival Maré de Agosto", a verdade é que a fragilidade do imóvel acentuou-se, agravando-se em setembro de 2011, quando o mau tempo que atingiu as ilhas do Grupo Oriental levou à derrocada de parte da antiga estrutura. Perante a progressiva degradação do imóvel, entre finais de 2016 e 2017, o Governo Regional dos Açores solicitou a colaboração do Laboratório Regional de Engenharia Civil para avaliar as condições de segurança do imóvel. Em resultado do relatório, foram efectuadas intervenções de manutenção da fortificação, para acautelar a segurança do bem e de pessoas.

II. Justificação para a Classificação

a) Considerando que o forte de S. João Baptista é um exemplar de estrutura militar que concilia elementos mais arcaicos medievais com elementos defensivos da modernidade europeia, sendo apontado pelas novas datações como o mais antigo dos Açores;

b) Considerando que o Castelo da Praia, historicamente, **constitui** testemunho físico do posicionamento estratégico da ilha de Sta Maria e do arquipélago dos Açores, por via do qual se cruzaram gentes de origens diferentes;

c) Considerando que o forte de S. João Baptista é um testemunho dos danos morais e materiais que desgastaram a população de Santa Maria, em virtude dos frequentes ataques de piratas e corsários verificados ao longo dos séculos XVI e XVII, tendo um valor patrimonial, histórico e afetivo inestimável para os marienses;

d) - Considerando que o inegável valor patrimonial do Forte de S. João Baptista e elevado valor histórico do mesmo para Santa Maria e Açores, está plasmado em diversas publicações e tem sido exposto por diversos especialistas em História, Arqueologia, Turismo e Ambiente, bastando consultar a Wikipédia, os estudos resultantes das últimas escavações arqueológicas de 2008 coordenadas pelo Arqueólogo Elvío Sousa, coordenador do projeto EAMA (Estudo da Arqueologia Moderna dos Açores), e as investigações/estudos das fortalezas dos Açores do Dr. Carlos Cruz, ambos apontando ser a fortificação a mais antiga dos Açores, tendo o torreão um valor central na infra-estrutura histórica;

e) - Considerando que para além do seu valor histórico intrínseco, o Forte de S. João Baptista fica situado (confina) na Praia Formosa, que é a mais emblemática estância turística da ilha, sendo o lastimável estado de ruínas do imóvel uma "nódoa" naquele "ex-libris" das praias dos Açores (onde se realiza o mais antigo Festival Musical do País) e péssima imagem da ilha e da região junto de quem nos visita;

f) - Considerando, que o Forte de S. João Batista constitui o *términus* de dois Percursos Pedestres de excelência, acabando cada um deles precisamente com a sua visita e interpretação histórica. A Saber:

- "PR5-SMA – Costa Sul (Denominado Trilhos dos Fósseis), já homologado;

- PP – "Fontinhas-Farroupo-Praia Formosa" (vai ser proposto para homologação pelo CADEP-CN)

E considerando, ainda, que:

g) – O estatuto de "Imóvel Classificado" reforça a sua importância histórico-científica em termos de reconhecimento público e legislativo, impulsionando sinergias para combater as circunstâncias susceptíveis de acarretarem a diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem classificado;

h) – A passagem de alguns Fortes e de outros imóveis do Estado para as autarquias dos Açores tem sido prática já corrente, como metodologia mais assertiva e célere para a proteção, valorização, recuperação e utilização pública desse património;

i) – O Governo dos Açores já mostrou disponibilidade para, através da DRAC, encetar parceria de apoio técnico e financeiro, com o Município de Vila do Porto, na recuperação do Forte de S. João Batista,

Os deputados Municipais do PS do Concelho de Vila do Porto propõem que o **Forte de S. João Baptista** seja classificado como **Imóvel de Interesse Municipal**, justificando a proposta com base nas Categorias e Critérios contemplados na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (*Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural*) nomeadamente:

1. Categoria: deve o Imóvel em apreço ser categorizado como Monumento de acordo com o plasmado no n.º 1 do Art.15º;

2. Critérios genérico de apreciação: deve o Imóvel ser apreciado considerando as seguintes alíneas do Art.º17º:

d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos;

f) A concepção arquitectónica, urbanística e paisagística;

g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória colectiva.

“Povo que despreza a memória coletiva e o seu património, perde a sua “alma” e condena a sua “identidade”, correndo o risco de ser ignorado por não ter diferenças para mostrar, nem base diacrónica para se afirmar! (CADEP-CN de Sta Maria)

Vila do Porto, 29 de junho de 2020

Os Deputados Municipais do PS

António Breda Braga Sousa
João André Esteves
João Sá

III. Bibliografia consultada

"Assentos da Câmara da Vila do Porto", *Arquivo dos Açores*, 1983, vol. XV: 327-351
Bastos, Barão de, "Relação dos fortes, Castelos e outros pontos fortificados que se acham ao presente inteiramente abandonados, e que nenhuma utilidade tem para a defesa do País, com declaração daqueles que se podem desde já desprezar", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LV, 1997: 267-271.

Cordeiro, António (P.), *História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeytas no Oceano Occidental, Angra do Heroísmo*, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981 (edição original de 1717)

Corte-Real, Miguel de Figueiredo, "Defesa Militar da Ilha de Santa Maria, seus Fortes, Redutos e sua Guarnição no princípio do século XVIII", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. LXI, Angra do Heroísmo, 2003: 283-294

Cruz, Carlos Luís M. C. da, "O Castelo" de São João Baptista, na Ilha de Santa Maria, Açores. A mais antiga edificação militar dos Açores?", *O Baluarte*, fevereiro de 2014: 24-26

Cruz, Carlos Luís M. C. da, *Forte de São João Baptista da Praia Formosa, ilha de Santa Maria, Açores*.

Disponível em linha in http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=1325

SOUSA, Élvio Duarte Martins, *Ilhas de arqueologia: o quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV-XVIII)*, Tese de doutoramento em História (História Regional e Local), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2012. Disponível em linha in <http://hdl.handle.net/10451/5377>

Figueiredo, José Carlos de, "Descrição da Ilha de Santa Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel de Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão" *Insulana*, vol. XVI (2º semestre), 1960: 205-225.

Rodrigues, José Damião, "Sociedade e administração nos Açores (século XV-XVIII): o caso de Santa Maria", *Arquipélago-História*, 2ª série, vol. 1, nº 2, 1995: 33-63

Disponível em linha in <http://hdl.handle.net/10400.3/487>

Veríssimo, Nelson, "A Redenção dos Cativos: Algumas questões a Propósito do Saque à Ilha de Santa Maria, em Junho de 1616", *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995: 209-217.